

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática ST1: Gestão social e controle social de territórios

A FARINHA DO UARINI E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

UARINI FLOUR AND ITS IMPORTANCE FOR LOCAL REGIONAL AND DEVELOPMENT

LA HARINA UARINI Y SU IMPORTANCIA PARA EL DESARROLLO REGIONAL Y LOCAL

Michele Lins Aracaty e Silva¹, Marlene de Almeida Soares²

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC), docente do Departamento de Ciências Econômicas da UFAM.

² Discente do Curso de Ciências Econômicas da UFAM.

RESUMO

A farinha de mandioca que atualmente faz parte da alimentação dos amazônidas é originária do cultivo da mandioca pelos primeiros habitantes da Amazônia. A Farinha do Uarini, oriunda de um município do Amazonas de mesmo nome e em 2019 recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG). Temos o objetivo de discutir a importância socioeconômica da farinha do Uarini para o desenvolvimento regional e local. Para tanto, fez-se uso de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com o uso de fontes de dados de cunho secundário, de origem bibliográfica e documental e análise de conteúdo. A farinha do Uarini é fomentadora de desenvolvimento regional e local, contribui para a geração de emprego e renda, fortalece a economia dos municípios adjacentes, impulsiona toda a cadeia produtiva e fortalece os laços do homem com a terra.

Palavras-chave: Farinha do Uarini. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Local.

RESUMEN

La harina de yuca que actualmente forma parte de la dieta de los amazónicos tiene su origen en el cultivo de la yuca por los primeros habitantes de la Amazonía. Harinha do Uarini, de un municipio del mismo nombre en Amazonas y en 2019 recibió la Certificación de Origen e Indicación Geográfica (IG) del INPI. Nuestro objetivo es discutir la importancia socioeconómica de la harina de Uarini para el desarrollo regional y local. Para ello, se utilizó una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, utilizando fuentes de datos secundarias, de origen bibliográfico y documental, y análisis de contenido. La harina de Uarini promueve el desarrollo regional y local, contribuye a la generación de empleo y renta, fortalece la economía de los municipios aledaños, dinamiza toda la cadena productiva y fortalece los vínculos del hombre con la tierra.

Palabras clave: Harina de Uarini. Desarrollo Regional. Desarrollo Local.

ABSTRACT

The cassava flour that is currently part of the diet of the Amazonians originates from the cultivation of cassava by the first inhabitants of the Amazon. Uarini Flour, from a municipality of the same name in Amazonas and in 2019 received the Certification of Origin and Geographical Indication (IG) from the INPI. We aim to discuss the socioeconomic importance of Uarini flour for regional and local development. For this purpose, qualitative, descriptive and exploratory research was used, using secondary data sources, of bibliographic and documentary

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



origin, and content analysis. Uarini flour promotes regional and local development, contributes to the generation of employment and income, strengthens the economy of adjacent municipalities, boosts the entire production chain and strengthens human ties with the land.

Keywords: Uarini Flour. Regional Development. Local Development.

INTRODUÇÃO

O cultivo da Mandioca faz parte da cultura da Região Norte do Brasil, foram os índios que domesticaram a mandioca e hoje é uma das árvores mais importantes para a população da Amazônia, considerada uma “árvore de providência” devido as suas múltiplas formas de aproveitamento no ramo alimentício. Com o tubérculo processado, tem-se a origem da farinha de mandioca, que faz parte da culinária.

A Região Norte do país lidera a produção de mandioca bem como na quantidade consumida visto que a farinha faz parte do hábito de consumo da população regional e complementa vários pratos, em especial, no acompanhamento de peixes regionais. A produção regional tem como origem os Estados do Amazonas e do Pará que lideram a produção regional e o consumo, que em termos gerais é muito acima da média nacional.

Temos como objeto de análise desta pesquisa a Farinha do Uarini, produto que recebeu do INPI a Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG) em 2019, composto por quatro municípios: Alvarães, Maraã, Tefé e Uarini. Sendo os dois últimos, o foco do estudo, pois Uarini é reconhecido pela principal atividade agrícola, o cultivo da mandioca; e Tefé é considerado um dos principais produtores de farinha do Estado. A IG passou a dar mais credibilidade à atividade e incentivo para o aumento da produção e da permanência da qualidade do produto. É importante destacar que o título Uarini se dá não só pelo Município de Origem, mas também pela qualidade e as características da farinha, sendo identificada pelo nome Uarini em todo a Região Norte.

Município de Uarini – AM, responsável pela produção da farinha que leva o seu nome também conhecido regionalmente como ova/ ovinha devido a sua aparência física que lembra a ova ou ovinha de peixe. Município de Tefé – AM, conhecido como “coração geográfico da Amazônia”, além de ser um dos principais produtores, também é o portão de entrada para a reserva Mamirauá que é patrimônio natural da Humanidade tombado pela UNESCO. Localiza-se geograficamente a 570 Km de distância da capital do Amazonas, tem um total de 11.891 habitantes (IBGE, 2010), sua densidade demográfica é de 1,16 hab/ km². E Tefé – AM está a 525 Km de Manaus, possui uma população de 61.453 pessoas (IBGE, 2010) e densidade demográfica de 2,59 hab/km². Economicamente, os municípios se destacam no setor primário com relevância para a produção de farinha de mandioca “Farinha do Uarini”.

A produção de farinha nos municípios fomenta o desenvolvimento econômico local e incentivam a agricultura familiar contribuindo para fortalecer o papel social da atividade tanto no município como nos demais, que ficam na adjacência. Possibilita a permanência da mão-de-obra no campo com o fortalecimento da agricultura familiar e o cultivo de um produto que faz parte do hábito alimentar do brasileiro e principalmente dos moradores da Região Norte do país onde o produto acompanha pratos típicos da culinária regional. Para tanto, temos como objetivo discutir a importância socioeconômica da Farinha do Uarini para o desenvolvimento regional local.

A pesquisa também lança luz sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em especial aos ODS 1, ODS 2, ODS 8, ODS 10.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



METODOLOGIA

Metodologicamente, para atingir o objetivo proposto de discutir a importância socioeconômica da farinha do Uarini para o desenvolvimento regional local. Observou-se que a Farinha do Uarini-AM representa uma fonte relevante de geração de emprego e renda para o município amazonense, contribuindo para o desenvolvimento regional e local uma vez que fortalece a Agricultura familiar. Para atingir tal propósito, utilizou-se de método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental fazendo uso de observações e análise de conteúdo.

DESENVOLVIMENTO

A Importância Socioeconômica e Alimentar da Farinha de Mandioca

Fialho e Vieira (2011, p.8), destacam a importância da cultura da mandioca, afirmam que é um produto nativo do Brasil, é um dos principais alimentos com fonte de calorias que compõem a dieta de mais de 500 milhões de pessoas, por isso sua produção é fundamental em países em desenvolvimento devido a rusticidade do alimento, podendo ser cultivada em todas as Regiões. No Brasil, as raízes constituem a parte mais relevante da mandioca, de onde são produzidos os mais variados tipos de farinhas, féculas e outros, além dos subprodutos da parte aérea, usados na alimentação animal. Os produtos provenientes da mandioca são importantes para a segurança alimentar, assim como fonte de renda na agricultura familiar. Portanto, atua no desenvolvimento socioeconômico do agronegócio brasileiro.

O termo Agricultura Familiar, definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, onde estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para fins de enquadramento nas políticas públicas.

Tratando-se da agricultura familiar, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), principal agência que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, lançou o plano chamado Década da Agricultura Familiar, iniciado em 2019 e com fim previsto para 2028, onde consta os pilares necessários para o desenvolvimento completo e sustentável do setor. Entre os objetivos, destacam-se: criar um ambiente político que fortaleça a agricultura familiar, apoiar jovens, fomentar a igualdade de gênero e o papel das mulheres no meio rural, impulsionar as organizações de produtores, melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos agricultores, famílias e comunidades rurais, além de promover a sustentabilidade da agricultura familiar para alcançar sistemas alimentares resistentes às mudanças climáticas e inovar o desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que protejam a biodiversidade, assim como o meio ambiente e a cultura. Assim será possível implantar novas práticas agrícolas que aumentam a produtividade e diminuem os esforços dos agricultores, melhorando a qualidade de vida e a eficácia da produção.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) apresenta os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2) a serem alcançados pelas Nações Unidas até 2030 no Brasil, sendo assim, erradicar as formas de má-nutrição relacionados à desnutrição, sobrepeso ou à obesidade, garantindo a todas as pessoas, incluindo crianças e idosos, alimentos seguros e culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano. Visando a produtividade agrícola, para o autoconsumo e reprodução social quanto ao desenvolvimento socioeconômico principalmente dos agricultores familiares por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando os conhecimentos e práticas culturalmente transmitidos; iii) a linhas

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2019), há mais de 500 milhões de propriedades agrícolas familiares no mundo, onde as atividades rurais são geridas e conduzidas pela mão de obra da própria família. De acordo com o levantamento do Censo agropecuário de 2017 realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais do Brasil, a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, e aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas são formados pela agricultura familiar.

Segundo Mattos e Cardoso (2003, p.1) o Brasil está na segunda posição da produção mundial da mandioca com 12,7% do total, considerando a fase de produção primária e o processamento de farinha e fécula, estima-se que o país gera cerca de um milhão de empregos diretos, proporcionando uma receita bruta anual de equivalente a 2,5 bilhões de dólares, com uma contribuição tributária de 150 milhões de dólares, tendo em vista que a produção da mandioca transformada em farinha gera uma receita equivalente a 600 milhões de dólares.

Por meio dos dados oferecidos pelo IBGE (2020), a quantidade de mandioca produzida no país foi de 18.205.120 toneladas, cujo valor da produção foi de 10.887.678,00 reais, sendo as áreas plantada e colhida por hectares, nos valores de 1.234.523 e 1.214.015, respectivamente, e rendimento médio de 14.996 kg/ha. Ainda segundo os dados do IBGE, estima-se que para o início do ano de 2022, a mandioca seja cultivada em uma área de 1.246.748ha com variância de 02%, e produção de 18.129.427t com variância de -0,5%, além de um rendimento médio de 14.465 (kg/ha) com variância de -0,7%. Enquanto a Embrapa (2020) informa que a produção brasileira de mandioca no Amazonas foi o seguinte: área colhida (ha), 76.744, produção 890.124, toneladas e 11,59 rendimento (t/ha).

Em relação a produção de toda Região Norte, segue os dados fornecidos pelo IBGE para comparar com as demais regiões do País no ano de 2020.

Figura 1: Produção Agrícola Municipal (2020)

Região fisiográfica	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (t/ha)	Participação na produção (%)
Norte	426.596	6.241.956	14,63	34,3
Nordeste	384.584	3.682.933	9,58	20,2
Sudeste	120.606	2.301.285	19,08	12,6
Sul	211.573	4.599.233	21,74	25,3
Centro-Oeste	70.656	1.379.713	19,53	7,6
BRASIL	1.214.015	18.205.120	15,00	100,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2020

Como podemos observar no Figura, a Região Norte do país lidera o ranking de produção agrícola municipal em área colhida, quantidade produzida e em participação % da produção no montante nacional. De acordo com o IBGE, em 2013, em valores correntes, o Valor Bruto de Produção Agropecuária (VPB) da região Norte gerou R\$8.988.223 mil, no qual a mandioca rendeu 41,92% do total, contribuindo com R\$3.768.194 mil do total do VPB conforme Filgueiras e Homma (2016, p. 27).

Antônio Donizetti Fadel, o vice-presidente da Associação Brasileira de Amido de Mandioca (Abam) afirmou em entrevista para Agência Brasil (2009) que a produção da

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



mandioca é responsável por gerar direta e indiretamente, cerca de 10 milhões de empregos, sendo a maior parte, cerca de 50% do trabalho com a produção da farinha. Segundo a Abam, a produção da mandioca no Brasil é de cerca de 26 milhões de toneladas por ano, metade da produção é destinada a farinha, 40% desta é usado para o consumo de mesa e ração animal e o restante para a produção transformada em amido.

Pode-se perceber que a mandioca é um produto secular de suma importância para a agricultura familiar com impactos positivos na economia, podendo ser produzido para subsistência e meio de troca, assim como produção para vendas de importação e exportação. Em meio a tantos benefícios, a cultura da mandioca ainda enfrenta dificuldades para difundir a forma adequada de produção com visão próspera para os agricultores que estão dispostos a se capacitar e melhorar a forma de plantio, afim de obter melhores resultados e garantir o bem-estar e valorização quanto as famílias que atuam na agricultura, principalmente em municípios e áreas rurais distantes da capital, como é o caso do Amazonas, que possui forte produção cultural da farinha tipo Ova, estimado por sua forma, sabor e crocância, principalmente nos estados produtores destaques que possuem indicação geografia, trata-se de Alvarães, Maraã, Tefé e Uarini.

A Secretaria de Estado do Meio ambiente (Sema, 2018) afirma que a farinha amazonense é um alimento indispensável no prato das famílias da Região Norte, e também é responsável por movimentar cerca de R\$ 4,5 milhões nas Unidades de Conservação (UC) do Estado do Amazonas, gerando emprego e renda para quase 2 mil famílias ribeirinhas, podendo chegar até a R\$ 5.029,55 de renda por família na área protegida, dentre as unidades de conservação, estão inclusos os municípios de Maraã, Tefé e Uarini, não inclui Alvarães.

De acordo com Meneghetti e Souza (2015, p.41) em um estudo acerca da agricultura familiar do Amazonas, esclarece que a riqueza gerada pela atividade permanece no local e mais gente usufrui da renda obtida, em que há mais pessoas comprando e vendendo nos locais predominantes, em comparação a agricultura de grande porte, não familiar. Acrescenta que a agricultura de base familiar tende a gerar mais renda por unidade de área e desenvolve atividades de maior valor agregado, por necessidade. Fatores esses que podem ser alterados com a modernização tecnológica e conhecimentos técnicos-científicos sobre o cultivo e a produção da Mandioca, podendo se expandir comercialmente com mais qualidade e reconhecimento de mercado nos centros urbanos, com potencial para exportação de produtos.

Devido sua enorme importância socioeconômica para o desenvolvimento nacional e mais precisamente regional, dentre as principais formas de apoio e políticas voltadas para o agricultor, os autores (2015) defendem a política de crédito. Contudo, a maior parte dos estabelecimentos rurais não possui acesso ao crédito, principalmente quando se trata dos detentores de pouca terra, pouco acesso à informação e que não recebem apoio através de políticas públicas. Créditos esses essenciais para o desenvolvimento agrário.

No Amazonas, o Censo agropecuário de 2005/2006 informou que a agricultura familiar ocupava mais de 91% dos estabelecimentos e 40,64% das terras, onde o meio rural amazonense gerou cerca de 266.667 postos de trabalho, sendo a categoria agricultura familiar responsável pela ocupação era de 243.828 pessoas, ou 91,43% do total, segundo Meneghetti e Souza (2015, p.42-3). Em 2013, do total de 135.550 ha de lavoura temporária, 95.991 ha foram para o cultivo da mandioca, ou seja, participação de 70,82% afirmam Filgueiras e Homma (2016, p.30)

A mandioca é um alimento de suma importância brasileira, pois sem ela as grandes navegações estariam inviabilizadas, considerando que a farinha de mandioca desde então passou a ser fonte alimentar de carboidratos nas caravelas. Cotando com os relatos de viajantes

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



ao Brasil no século XIX – como Saint-Hillaire (1941), Ewbank (1976), Burton (1893) – Naquela época, os habitantes brasileiros, ricos e pobres, já tinham o costume diário de comer feijão com farinha segundo Barbosa (2007). A cultura da mandioca mesmo sendo cultivada em diferentes níveis tecnológicos, ainda assim se constitui na mais importante cultura nacional, em relação a segurança alimentar (JÚNIOR E ALVES, 2015, p. 151)

O Cultivo da mandioca já faz parte da cultura brasileira há muitos anos, iniciada com os costumes indígenas, originou-se a farinha, termo atribuído no século XVI pelos primeiros exploradores europeus que tiveram acesso a esse produto feito entre os índios Tupinambá, encontrado no litoral brasileiro. (Staden, 2008 [1524]) Com o decorrer do tempo, as farinhas passaram a fazer parte das refeições entre os brasileiros, podendo obter diferentes tipos de farinhas que variam de acordo com o processo produtivo e os equipamentos tecnológicos utilizados.

A cadeia produtiva da mandioca vem passando por mudanças desde as últimas duas décadas, uma delas é a comercialização da farinha nos supermercados no início da década de 1990, que antes tinha um acesso restrito às feiras. (FILGUEIRAS E HOMMA, 2016, p, 43).

As farinhas no Norte do país possuem destaque pela qualidade de conservação do produto, os motivos se dão pelo clima dos trópicos, os tipos se diferem pelo cultivo, clima, solo, ponto de colheita, variabilidade genética, utensílios usados e modo de preparação a partir dos tubérculos, que são as raízes da mandioca, apreciados pelo sabor e formato do produto final, a farinha amarela.

Dentre os variados tipos de farinha, o destaque está na farinha da ova/ ovinha, pois o formato se assemelha a ovas de peixe. De acordo com as informações do título Alimentos Regionais Brasileiros (2015), a farinha ovinha é considerada o caviar do gênero das farinhas. Além de ser um produto com alto nível de valor calórico, rico em amido, contém fibras e alguns minerais como potássio, cálcio, fósforo, sódio e ferro.

No Estado do Amazonas, a cultura da mandioca se destaca pela área cultivada e na agricultura familiar, em que desempenha uma opção para o desenvolvimento agroindustrial, pois é umas das principais fontes de alimentação genética (INPI, 2019b *apud* SENA, 2019, p. 136).

A mandioca possui importância significativa no Amazonas, tanto pelos seus aspectos econômicos como sociais. Apesar de sua excelente adaptação ao clima e solo da região, ainda é necessário conhecimentos técnicos e novas tecnologias para melhorar a base de produção de forma mais sustentável. Segundo o IDAM (2013), a média do consumo de farinha de mandioca por pessoa no Estado do Amazonas é de cerca de 58kg/habitante/ano.

Teorias do Desenvolvimento Local, Regional e Endógeno

De acordo com Bellingieri (2017), existe vasta literatura que discute o fenômeno do desenvolvimento – o que é, como e por que ocorre, e como (e se) pode ser medido – a partir de inúmeras abordagens, teorias e modelos, em diversas áreas do conhecimento – Economia, Geografia, Sociologia, História, etc. – e nas diversas escalas territoriais – continental, nacional, regional ou local –, como, por exemplo, nas discussões sobre as origens do predomínio econômico do Ocidente sobre o resto do mundo (MCNEILL, 1963; NORTH; THOMAS, 1973), sobre o atraso econômico da América Latina (PREBISCH, 2000), sobre a ascensão e queda das grandes potências (KENNEDY, 1994), a respeito da riqueza e da pobreza dos países (LANDES, 1998) e sobre o desempenho de regiões (BENKO; LIPIETZ, 1994) e cidades (FLORIDA, 2003).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



O que é o desenvolvimento? Conceito, ideia, paradigma, visão, ilusão, utopia, mito, ideologia? Sinônimo de progresso, prosperidade, crescimento, industrialização, modernização, avanço tecnológico? (BELLINGIERI, 2017, p.4). Segundo Sachs (2008b, p. 25), “sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio”, e, “como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

Para Brandão (2010, p. 9), nenhum campo disciplinar, isoladamente, dará conta minimamente da riqueza de determinações do complexo processo do desenvolvimento, sendo que “a busca de uma teoria geral e com algum nível de abstração será ou inútil ou impossível”.

Escobar (2007) e Esteva (2000), consideram o discurso de posse do presidente dos EUA, Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, a inauguração do desenvolvimento enquanto conceito ideológico, quando ele se referiu a áreas subdesenvolvidas. A partir daí, fundou-se a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e preconizou-se a “necessidade” de os países subdesenvolvidos almejem o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, para o que deveriam adotar políticas voltadas ao crescimento econômico e à industrialização.

Após 1949, o desenvolvimento passou a ser determinado pela industrialização, e era sinônimo de crescimento econômico, medido por um indicador de atividade econômica, o PIB per capita (LATOUCHE, 2000). Já a partir da década de 1960, houve uma guinada nos estudos sobre desenvolvimento, de uma abordagem centrada exclusivamente no padrão de vida, associado ao nível de consumo, para uma abordagem que enfatizava os indicadores sociais, levando também em conta o bem-estar da população (VITTE et al., 2002). Assim, nas décadas de 1960 e 1970, já se pode considerar a existência de um conceito de desenvolvimento social (ou socioeconômico), com ênfase na questão da pobreza.

Posteriormente, tivemos uma mutação do conceito de desenvolvimento tendo como pano de fundo principal a emergência da problemática ambiental, no final dos anos 60 e início dos 70. “Após o entusiasmo pelo crescimento econômico das décadas de 40 e 50 e da descoberta das necessidades básicas nos anos 60, a sobrevivência do planeta, a partir dos anos 70, tornou-se o novo frenesi do desenvolvimento, surgindo o conceito de ecodesenvolvimento em 1973” (SACHS, 2000).

Já no final da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, dedicava-se à criação de um indicador sintético que representasse, por si só, o desenvolvimento. Em 1990, foi lançado o Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD que, inspirado nas contribuições teóricas de Sen (2000), defendia que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável. E assim, o mundo conheceu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – calculado a partir de três indicadores, relacionados à renda, saúde e educação –, que se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1990).

Por fim, a partir dos anos 2000, inspirados em estudos que revelaram discrepâncias entre a riqueza e a percepção de bem-estar da população, alguns autores, como Veenhoven (2000), têm defendido que indicadores objetivos não seriam suficientes para tratar de questões como qualidade de vida e satisfação de uma população. Propõem, assim, o uso de indicadores subjetivos (obtidos por meio das próprias declarações/percepções dos indivíduos) para se medir

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



bem-estar e, por consequência, desenvolvimento, inaugurando, assim, o paradigma do desenvolvimento subjetivo.

De acordo com Hunt (1981), o desenvolvimento é um tema central da ciência econômica, já presente no pensamento dos economistas clássicos, embora representado pelas ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso. Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte da riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes.

Para Bastos (2005), até meados do século XX, predominava o modelo de crescimento econômico clássico, pelo qual o crescimento se origina da acumulação de capital. Neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional/local confundia-se com a do desenvolvimento nacional. Os problemas regionais seriam tão somente manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção. Assim, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões asseguraria o desenvolvimento. Somente a partir de 1950 é que surgiu uma preocupação específica com os problemas regionais, cuja análise se desenvolveu sob dois eixos: o das Teorias Clássicas da Localização e o das Teorias do Desenvolvimento Regional.

As Teorias Clássicas da Localização seguem a tradição da Teoria da Produção da análise microeconômica, tendo Walter Isard como seu principal autor, fundador da denominada Ciência Regional, que retomou as contribuições de J. von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller e Auguste Losch. Tendo o economista alemão Johann Heinrich von Thünen é considerado o fundador da teoria econômica da localização em 1826. (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 32).

De acordo com Bellingieri (2017), as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de cima para baixo, ou centro-abaixo, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento.

Para Oliveira (2021), a definição de desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar. A concepção do desenvolvimento remonta ao início dos anos 60, com os estudos de Perroux (1955). Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduzia ao crescimento econômico e a melhorias nas condições de vida (PERROUX, 1955). Essa concepção chamou a atenção para a necessidade de estudos que envolvessem a abordagem de desenvolvimento numa dimensão mais abrangente, mais sistêmica, com outras concepções. Assim, na evolução econômica espacial das teorias do desenvolvimento econômico e das próprias ciências sociais, surgiu a concepção de ciência regional (FERRERA DE LIMA, 2010).

De acordo com Milani (2005), O conceito de desenvolvimento local vem sendo criticado e renovado por muitos autores ao longo dos anos. Um marco importante passa a ser, em 1990, o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este relatório coloca que o índice de desenvolvimento humano (IDH), tende a relativizar o PNB por habitante enquanto medida universal do desenvolvimento e tem forte

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



significado simbólico. Assim, o desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (SACHS, 2001).

Para Petitinga (2005), atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social.

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Tratando-se do Desenvolvimento Local, a inovação é um elemento a ser destacado, Maneghetti e Souza (2015, p.51) abordam duas dimensões da inovação: a institucional, pela qual se busca novas formas de se fazer política, seja de participação ou articulação entre os atores sociais como é o caso da agricultura familiar e as instituições locais que visam o compromisso social local. Um exemplo de Instituição é o IDAM, (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) com 25 anos de atividade, possui forte importância para os cultivadores de mandioca, pois é necessária como um auxílio para impulsionar desenvolvimento, aprendizado e modernização da produção da farinha de forma qualitativa e quantitativa, pois de acordo com os dados, a mandioca é cultivada em todos os Estados do Amazonas.

Considerada uma atividade de significativa importância social e econômica no Amazonas, a cultura da mandioca envolveu em 2020, mais de 68 mil agricultores familiares e produtores rurais, com uma área plantada superior a 87 mil hectares e produção de 214 mil toneladas de farinha [...] Embora não apresente autossuficiência na produção de farinha de mandioca, o Amazonas participa com mais de 13,9% da produção dos Estados da região norte, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Produção Agrícola Municipal (IBGE - PAM/2018). (IDAM, 2020, p. 41).

E segunda dimensão da inovação é a Tecnológica, pelo qual é possível melhorar a eficiência dos processos produtivos da mandioca para a produção de farinha, resultando em melhoria por parte da produção, da renda e da qualidade de vida. A inovação pode ocorrer por meio da mudança num processo produtivo, por serviços que beneficiem o processo ou mesmo por uma tecnologia inserida no processo de produção. Como exemplo, o Sistema Sepror, por meio do serviço de ATER, tem incentivado a cultura da mandioca através do uso de Tecnologias e boas práticas do cultivo. (IDAM, 2020) Além disso, executa as ações beneficentes com recursos próprios, oriundos do Governo do Estado do Amazonas, recebendo apoio de diversas instituições parceiras como Ministérios, outras Secretarias do Governo, Prefeituras e organizações não governamentais.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Para que o desenvolvimento tecnológico e a inovação ocorram de fato, é preciso superar barreiras culturais e de escolaridade da população, assim como as dificuldades para realizar investimentos pelas unidades familiares, além de apostar na articulação entre atores, instituições de pesquisa, inovação, capacitação e agentes econômicos dos setores envolvidos (MENEGHETTI e SOUZA, 2015, p. 53).

Para Braga (2002), uma das principais formas sob a qual se dá o debate sobre a assimilação da questão do desenvolvimento nos níveis subnacionais de governo é o chamado “Desenvolvimento Local Endógeno”. Esta abordagem tem como elemento central a elevação do local ao espaço preferencial da inserção econômica em uma economia globalizada, substituindo a concorrência entre empresas e entre nações pela concorrência entre localidades (aqui entendidas como cidades ou como microrregiões). Paralelo a isto, o local é alçado à espaço preferencial de cidadania, articulação social e solidariedade.

O “Desenvolvimento Local Endógeno” teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local. Entretanto, ao fazê-lo dentro da lógica própria ao marco conceitual mais amplo no qual se insere – a lógica do mercado, do individualismo e da eficiência econômica –, o faz, como seria de se esperar, sem ultrapassar os limites dados por tal marco conceitual.

A grande questão que se coloca aqui é perceber como a lógica que existe por trás das propostas de desenvolvimento local pode mudar o caráter das políticas delas derivadas. Se a lógica preponderante é de solidariedade, a participação e a gestão local saem fortalecidas, preservando seu conteúdo de cidadania e equidade. Entretanto, quando é preponderante uma lógica individualista, concorrencial e de mercado, há o risco de transformar participação em estratégias de legitimação dos interesses dominantes, descentralização em fragmentação e de esvaziar o desenvolvimento de seus aspectos de inclusão e equidade social. (BRAGA, 2002).

Ainda para a autora (2002), em algumas formulações dessa teoria o desenvolvimento local é colocado como complementar às demais formas de desenvolvimento, indo de encontro às proposições formuladas por Storper (1990, p.120) quanto à inadequação de se tratar do desenvolvimento sem considerar “a diversidade das respostas locais às forças globais, o caráter diferenciado dos resultados do desenvolvimento e o papel das relações de classe, da política e das políticas públicas domésticas nos países e mesmo nas regiões em desenvolvimento”. Porém, como as formas de desenvolvimento nacional e regional têm sido desestruturadas, com o ataque a seus instrumentos, instituições, financiamento e legitimação teórico-ideológica, resta, na prática, a valorização extrema do desenvolvimento local.

De acordo com Barquero (1998), a abordagem do “Desenvolvimento Local Endógeno” tem como ponto de partida o argumento da existência de duas únicas alternativas diante do desafio colocado pela globalização: adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos para regiões periféricas com objetivos redistribucionistas, ou adotar uma estratégia de desenvolvimento local. Defendendo o argumento de que a alternativa do desenvolvimento exógeno é uma via limitada, de possibilidades muito reduzidas em virtude das tendências inerentes ao processo de globalização, de forma fatalista, ser o “Desenvolvimento Local Endógeno” a única opção possível.

Tal desenvolvimento seria, na visão de seus defensores, um processo de mudança e crescimento estrutural econômico baseado na utilização do potencial existente em um dado território, onde os fatores determinantes são a capacidade de liderança do próprio processo “de

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



dentro para fora” e a mobilização do potencial e recursos locais de forma a favorecer os rendimentos crescentes e a criação de externalidades positivas. Entretanto, quando se investiga um pouco mais a fundo tais propostas, fica clara a definição do “Desenvolvimento Local Endógeno” a partir de uma dupla contraposição: local significando não-nacional; endógeno significando não-induzido por fatores externos e não-Estado. (BRAGA, 2002).

O potencial de desenvolvimento dos territórios, pressuposto mais importante do desenvolvimento endógeno, é constituído por um conjunto de recursos que, quando apoiado nas possibilidades de geração de economias de escala no plano local, geraria externalidades positivas de magnitude correspondente àquela gerada por grandes empresas. Tais economias de escala seriam geradas através da criação de redes de empresas e de relacionamentos pessoais que nucleiam pequenos negócios, induzindo-se desta forma o crescimento e a mudança estrutural na economia local (2002).

Os recursos que compõem este potencial de desenvolvimento local podem ser econômicos, como estrutura produtiva, capacidade de gerar inovação tecnológica, capacidade empresarial, mercado de trabalho dotado de mão-de-obra qualificada, recursos naturais e infraestrutura. Podem ser também culturais, político-institucionais ou humanos (BARQUERO, 1998).

Para Jara (1996), o desenvolvimento local seria, então, aquele induzido pela mobilização do potencial endógeno, ao se fortalecerem as “capacidades técnicas, financeiras e gerenciais locais, o associativismo e potencial empreendedor, a democracia participativa e parcerias entre atores sociais e instituições”.

Ainda para a autora (1996), seria um tipo de desenvolvimento “de baixo para cima” porque o controle dos processos econômicos e das decisões de investir estaria nas mãos dos atores locais, sejam eles públicos ou privados. Adicionalmente, obter-se-ia uma integração do social com o econômico, porque em razão dos sentimentos de pertencer a uma comunidade serem maiores do que as diferenças de interesses entre aqueles que a compõem, as decisões tomadas pelos atores locais teriam como objetivo um interesse local comum, implicando a existência de uma dinâmica comum entre crescimento econômico e distribuição de riqueza/renda.

Já para Lall (1998), no que tange à criação de redes e de distritos industriais, argumenta-se que sistemas locais baseados na cooperação entre empresas, através de consórcios, contratos e alianças estratégicas, possuem a capacidade de gerar liderança tecnológica e economias de escala em proporções comparáveis àquelas geradas pelas empresas de grande porte, além de tornar possível o enfrentamento de incertezas. As economias de escala são criadas em razão da existência de tais redes proporcionarem uma redução de custos, via intercâmbio de produtos, serviços e conhecimento dos processos de produção, e via criação de um ambiente cultural favorável à inovação e ao refinamento dos produtos (Storper, 1990). Já a liderança tecnológica ocorre devido ao fato de a rede facilitar a atuação das indústrias em quatro frentes: atualização tecnológica no interior das indústrias; adição de novas atividades progressivamente mais complexas à economia local; aumento da utilização de componentes produzidos localmente, e progressivo domínio de tarefas mais complexas no interior de cada indústria.

Quando se fala em “Desenvolvimento Local Endógeno” há que se levar em consideração as abordagens a ele congruentes que, baseadas na defesa do local como espaço preferencial de cidadania, articulação social e solidariedade, sustentam boa parte dos argumentos enumerados, dando-lhe o charme e apelo democráticos que fazem que, à primeira

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



vista, tal modelo apareça como capaz de garantir participação e descentralização no processo de desenvolvimento. Entre elas, destaca-se a ideia de solidariedade local (BRAGA, 2002).

A valorização do local e da diversidade é a contraface da globalização e que, de forma correlata, o município está se tornando a unidade básica de governo, assumindo o papel de instância capaz de proporcionar satisfação das necessidades da população e condições de competitividade econômica. Com isso, defende o autor, facilidades nunca existentes de participação das comunidades na tomada de decisões surgiriam dando origem a uma fortalecida solidariedade local (JARA, 1996).

Boisier (1998), defendem que o fortalecimento do local como novo espaço de solidariedade se dá a partir da queda do Estado do Bem-Estar. Isso porque, segundo ele, uma vez que, em face das inseguranças e incertezas de um mundo globalizado e destituído das grandes redes de apoio social de nosso passado recente – como as grandes empresas, sindicatos, seguridade social coletiva –, retornar ao local aparece como a alternativa mais segura. Soma-se à sua argumentação o fato de que a maior parte das pessoas consegue exercer apenas algum tipo de cidadania do entorno cotidiano, não conseguindo atuar de forma efetiva nos níveis nacional ou mundial.

Brugnoli (1998) e Puertas (1998) destacam como característica do desenvolvimento endógeno a mudança do caráter da atuação do Estado, que passa a atuar como moderador e facilitador, com a tarefa de apoiar a criação de vantagens de localização e competitividade, além de prover infraestrutura, serviços e financiamento para as redes de empresas.

Como exemplo, pode-se citar Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006 que se tornou famoso pela criação do maior banco de microcrédito no mundo, chamado Grameen Bank de Bangladesh, Yunus vislumbra um mundo sem pobreza, a partir da ideia de uma empresa social voltada para a solução de problemas sociais e ambientais, que operam como outro empreendimento convencional, porém não distribui dividendos aos acionistas, fazendo com que a empresa cresça cada vez mais a partir dos valores que ficam retidos para o investimento e crescimento da própria empresa, levando em consideração a ampliação do mercado e destacando a importância da tecnologia da informação, globalização e transformação do mundo. (BOVO, 2008).

As Nações Unidas almejam através dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e no mundo, gerar uma qualidade de vida diferente e melhor para todos, a fim de desfrutar de paz e prosperidade. Yunus se adapta ao 1º ODS: erradicação da pobreza, assim como a cultura da mandioca tende a se adaptar ao 2º ODS: Fome Zero e Agricultura sustentável a partir das mudanças que já estão ocorrendo, com o objetivo de cumprir todos os 17 objetivos até o ano de 2030. Por isso, todos os países devem se alinhar com vista nessas mudanças a fim de gerar mais soluções de desenvolvimento, A Amazônia e todo o Brasil devem caminhar para cumprir esses objetivos.

Para Meneghetti e Souza (2015, p.48-9 apud Kitamura 1994, p. 131) o processo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia precisa “respeitar a diversidade de seus ecossistemas, a diversidade socioeconômica e sociocultural de suas populações e que considere, especialmente, o interesse das populações locais”. A discussão deve ser pautada em um plano de desenvolvimento local, mas conectada à região e a outras esferas de poder que define o desenvolvimento endógeno.

Certificação de Origem e Indicação Geográfica (IG) da Farinha do Uarini

O estudo foi realizado com vista na Indicação Geográfica (IG) da Farinha Uarini, adquirida em 2019 pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). As regiões

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:

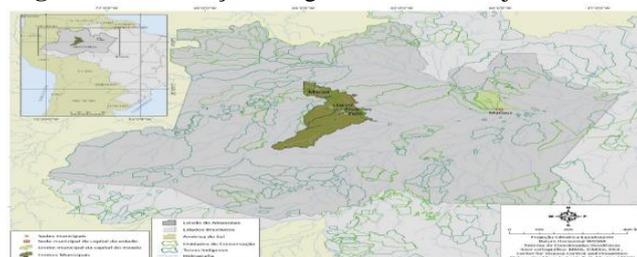


APOIO:



detentoras do título, estão localizados no Estado no Amazonas. A delimitação da área geográfica compreende os limites geopolíticos de Alvarães, Maraã, Tefé e Uarini. Como consta no mapa a seguir:

Figura 2: Localização Geográfica da Área objeto do estudo



Fonte: Google Mapas, 2019

A produção da farinha se encontra em Tefé, seguido de Uarini. Segundo o INPI (2019) ao elaborar a ficha técnica do IG, afirma que o município de Uarini tem como principal atividade agrícola o cultivo da mandioca, e Tefé é considerado um dos principais produtores do Estado, atualmente o cultivo é voltado exclusivamente para a produção da chamada Farinha ova/ovinha, cuja características são reconhecidas pelos consumidores.

Tefé: Cidade situada à margem do Rio Solimões, e banhada pelo lago de mesmo nome, localizado na região do Médio Solimões, com distância de 525km de Manaus-Am, possui acesso apenas por via fluvial. Segundo o IBGE, a área territorial é de 23.692,223 km² (2021). Tefé foi estimado em uma população (2010) de 61.453 pessoas, O Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019) eram de 1,8 salários-mínimos, contudo, o percentual do rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo (2010) registrou 42,9% para a população. Por fim, o PIB per capita (2019) atingiu R\$17.092,46, e o Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária foi de R\$50.662.880 (CIDADE-BRASIL, 2021). Considera-se sua importância por seu papel de polo econômico, social e de prestação de serviços aos municípios vizinhos.

Uarini: cidade situada a 56km ao Norte-Oeste de Tefé, seguindo os dados do IBGE, a área territorial (2021) se estende por 10.274,677km². A população do último censo (2010) foi de 11.891 pessoas, cujo salário-mínimo dos trabalhadores formais (2019) era de 1,4 salários-mínimos, e percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo (2010) era de 47,9%. Em relação à economia, o PIB per capita (2019) foi de R\$14.635,20 e o Valor Adicionado Bruto, a preços correntes, da Agropecuária foi de R\$22.242.820 (CIDADE-BRASIL, 2021).

Segundo a FIEAM, a ideia da IG surgiu por intermédio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o pressuposto era que o reconhecimento da IG, pudesse não só proteger esses territórios, mas também garantir a autenticidade da farinha ao consumidor, ou seja, seria um elemento de união produtiva e aumento da qualidade de vida dos agricultores que vivem da farinha de mandioca.

O sistema produtivo da farinha de mandioca no Amazonas, considerando o trabalho da agricultura familiar, tem se modernizado ao longo dos anos de forma gradual, sendo ainda predominante o modo de produção tradicional passado de geração em geração nas chamadas Casa de Farinha, com técnicas indígenas de produção e pouca ou quase nenhuma tecnologia e conhecimento técnico-científico, fatores necessários acerca do cultivo e produção adequados

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



para o consumo e venda com uso da indicação de procedência “Uarini” para a farinha de mandioca.

Filgueiras e Homma (2016, p.46) apontam políticas de apoio necessária aos agricultores familiares que produzem a farinha, tais como casas de farinha comunitária, mecanização no processo de fabricação da farinha, tratores e equipamentos agrícolas, calcário e fertilizantes para aumentar a produtividade, a qualidade e principalmente, a infraestrutura social. Pois muitas associações de agricultores tem apenas o objetivo de obter financiamentos ou se beneficiar de programa governamentais, há a necessidade de organizar, para melhor orientar e facilitar o processo de planejamento, profissionalização da produção, aquisição de insumos e na comercialização, visando reduzir custos e agregar valor à produção dos derivados na mandioca, como a farinha produzida no Amazonas.

Dentre as especificidades, a estrutura da Casa de Farinha adequada para a produção, conta com fornos ecológicos, gamelas em fibra de vidro para facilitar a limpeza e higienização, piso de concreto, cerca para evitar a entrada de animais, além de sistema de abastecimento de água etc., garantindo que atende as regras e sugestões do Caderno de Especificação Técnica da Farinha Uarini (INPI, 2019a apud Sena, 2019, p.25)

Conforme Meneghetti e Souza (2015, p 44) ao relatar sobre o uso correto do solo, explica a necessidade de políticas claras para o uso dos solos desmatados, pois segundo dados de 2006 do IBGE, existem mais de três milhões de hectares subutilizados que poderiam ser uteis a produtos que o Estado é dependente, como a mandioca, por exemplo, garantindo a produção, a preservação e a geração de renda. Pois há tecnologias disponíveis para a Amazônia, além do conhecimento local, que podem gerar uma chamada onda de inovação no setor agrário, com aumento da produtividade do trabalho e das culturas, agregando valor de origem e apelo social, visando o desenvolvimento regional a partir dos agricultores familiares.

O processamento da farinha pode ocorrer de forma simples, com pouca tecnologia e trabalho manual nas casas de farinha, assim como em fábricas equipadas com tecnologia avançada. Nas casas de farinha, a produção é com mão de obra familiar ou com a participação de membros da comunidade, os processos de produção se dão nas seguintes etapas: Colheita da mandioca, Lavagem e descascamento das raízes, ralamento, prensagem, peneiração e torração (PINTO, 2004, p. 6). De acordo com os dados do INPI (2019) acerca da IG e qualidade da farinha de mandioca, a diferença entre a farinha de Uarini e as demais começa na casa da farinha, onde o processamento ocorre, a massa vai para um boleador, que gira lentamente para formar os grãos arredondados, então seguem para a torra no tacho de ferro e passam pela peneira pela última vez, farinha naturalmente amarela, crocante, saborosa e granulada, a Farinha Uarini não tem par no mundo. Ao final da produção, as farinhas são inseridas em sacos de ráfia com capacidade média de 55 quilos, e comercializadas a maior parte para a capital, Manaus, onde são empacotadas por Quilo e vendidas em mercados locais.

As técnicas de cultivo da mandioca e a produção da farinha ainda são praticadas de forma rudimentar por muitos trabalhadores, contudo, o cultivo e a transformação em alimentos exigem cuidados e saberes específicos devido ao seu teor de toxicidade, conhecimentos passados por gerações, que fazem parte do patrimônio cultural das comunidades produtoras de mandioca do Amazonas, visto que a terra para o agricultor é o local não só de geração de renda, mas o local onde ele nasceu e viveu até constituir sua própria família, sendo assim, a terra garante primeiro o sustento da família e depois o fator de capital, representando a função social, simbólica e cultural do agricultor (SENA, 2019, p.32).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Com todo esse destaque para a farinha da Ova, no município de Uarini, famoso pela qualidade da farinha, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entregou a certificação de “Uarini” como Indicação Geográfica para o produto da farinha de mandioca, na modalidade de Indicação de Procedência. O reconhecimento da Indicação Geográfica passa a conferir proteção à farinha da região e beneficia os produtores, já que o uso do nome do produto passa a ser exclusivo deles.

A delimitação geográfica da IG Uarini inclui os municípios de Uarini, Alvarães, Tefé e Maraã (Portal da Indústria, 2019). Essa garantia de reconhecimento indica uma forma de fortalecer a cadeia produtiva em benefício tanto dos produtores quanto dos consumidores, portanto, é fundamental para promover o desenvolvimento de determinadas regiões, mas importa que a divulgação sobre a IG é tão importante quanto a divulgação da qualidade da Farinha Uarini, para ocorrer maior adesão ao projeto, sendo as festas locais, pontos de venda da farinha e feiras locais adequados para melhor divulgar a IG. Apesar das expectativas para o aumento do comércio e ampliar o mercado da farinha para além do Amazonas, a ideia primordial é reforçar a imagem da Farinha entre os compradores do Estado a fim de mobilizar todos os envolvidos com o mercado da farinha, em torno da Indicação Geográfica, de acordo com Sena (2019, p.151).

O registro IG é direcionado a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que diferencia dos similares disponíveis no mercado, portanto, a indicação geográfica protege o produtor da concorrência desleal e garante ao consumidor a procedência e qualidade do produto. Além desses aspectos, a IG gera maiores ganhos para os produtores devido à valorização do produto bem procedido, garante o reconhecimento vinculado as populações indígenas e ribeirinhas com uma tradição repassada de geração em geração, e sendo diferenciada pela crocância, sabor e coloração, também é agroecológica e livre de agrotóxicos, com isso, para controle de pragas, só será autorizado o uso de fitossanitários permitidos pela legislação de orgânicos, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. (FREITAS, 2019).

Para o fortalecimento desta IG, é importante o esforço de todos os participantes na cadeia produtiva, sobretudo em relação a uniformização da produção de farinha na região, de forma que agrega valor e garante a tradição de sua produção artesanal, Sena (2019, p. 154) diz que o Caderno de Especificações Técnica é o “primeiro norteador” para a padronização do novo processo de produção da farinha, pois proporciona conhecimento aos produtores em relação a adequação das boas práticas da fabricação.

Ainda afirma que as IGs são associadas a estratégias de organização de cadeias produtivas na agricultura familiar, articulando a história e o patrimônio cultural, ou seja, uma alternativa de identificação fundamental para garantir o desenvolvimento de determinadas regiões, como é o caso da região Norte. A IG também se define como a formação de um grupo voluntário, onde os indivíduos que integram, obtém e compartilham vantagens como: baixo custo de produção e associação caracterizada por benefícios de caráter excludente (CORNES; SANDLER, 1996 apud SENA, 2019, p. 45).

Em relação ao desenvolvimento regional, a Indicação Geográfica como um mecanismo, promove o fortalecimento da cadeia de suprimentos local, oportunidades para diversificar a integrar atividades econômicas na zona rural, além de promover sustentabilidade, participação dos agricultores locais, empoderamento e inclusão, fatores de suma importância no contexto rural. Portanto, a IG funciona tanto como medida de qualidade quanto de proteção ao produtor,

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



segundo Sena, do ponto de vista econômico, a IG é considerada uma forma de direito coletivo de monopólio, onde representa uma barreira à entrada de produtores fora da área geográfica.

Em relação ao consumo *per capita* de farinha de mandioca temos que a média *per capita* brasileira é de 5,3 kg/ano. Já na Região Norte, é de 23,54 kg/ano (a maior do país), seguida pela Região Nordeste com 9,67kg/ano. Enquanto as demais regiões apresentam consumo inferior a 1,3kg/ano, de acordo com os dados do IBGE em 2008-2009 (SEBRAE, 2012, p. 11). As formas de consumos são variadas, como costume regional, tem-se o acompanhamento da Farinha com o arroz e feijão, alimentos tradicionais brasileiros.

Já o preço da farinha de mandioca é determinado pela sua natureza de commodities, nesse sentido, a influência individual de cada produtor sobre os seus produtos é muito limitada. Outros fatores são os sazonais, onde o preço final depende dos calendários de cultivo, assim como as condições climáticas, tipos de solos e a qualidade das variedades de mandiocas cultivadas. Portanto, as oscilações de preço da farinha acompanham o padrão da matéria-prima, recorrente pelas mudanças nas condições de oferta, uma vez que a demanda é considerada mais estável (SEBRAE, 2012). Esse fator dificulta o cultivo, principalmente para micro e pequenos produtores, visto que as indústrias buscam a competitividade dos preços e a estabilidade no fornecimento dos derivados para o mercado.

CONCLUSÃO

Iniciamos esta discussão com objetivo discutir a importância socioeconômica da Farinha do Uarini para o desenvolvimento regional local. Para tanto, tomamos como referência metodológica as teorias do desenvolvimento, regional local e endógeno que foram escolhidas para embasar a discussão bem como da importância da Agricultura Familiar, que constitui a mão-de-obra predominante do processo de transformação da mandioca em farinha.

Além das teorias de desenvolvimento regional e local destacamos a teoria do desenvolvimento endógeno, que possibilita avaliar os projetos de desenvolvimento e seus impactos nas dimensões da sustentabilidade: social, econômica e ambiental garantindo a qualidade de vida e equidade social dos habitantes locais, inserindo-os de forma gradativa e sustentável no mercado globalizado, enquanto contribui para alavancar economicamente a região.

Ao longo do texto, apresentamos a importância do cultivo da mandioca como atividade principal do município e responsável pela geração de emprego e renda e desenvolvimento local e regional uma vez que a atividade se propaga para os municípios adjacentes.

Em relação ao desenvolvimento regional e local embasamos também a necessidade de olhar com muita atenção para o desenvolvimento endógeno tendo como foco a geração de atividades potenciais de cada região uma vez que a mão-de-obra tem proximidade com a atividade que no caso do cultivo da mandioca constitui uma atividade que passa de uma geração para outra e que emprega todos os membros da família, fortalecendo ainda mais os laços com a localidade e com a terra.

A raiz da mandioca é cultivada em todo o Brasil e destaca-se pela sua rusticidade e grande capacidade de adaptação mesmo em condições desfavoráveis de solo e clima, pode ser usada de maneiras diversas, sendo principalmente para consumo humano, animal ou industrial. Em termos nutricionais é fonte de cálcio e carboidratos, além de vitaminas do complexo B, sendo livre de glúten, com tantos benefícios, a mandioca foi nomeada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o alimento mais relevante do século.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



BRAGA, T. Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania. R. B. Estudos Urbanos e Regionais N° 5 / MAIO 2002. Disponível em: <file:///c:/users/miche/documents/semestre%202021%201/marlene/63-texto%20do%20artigo-94-3-10-20170126.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRANDÃO, C. Prefácio. Os enigmas do processo de desenvolvimento de uma região. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BRUGNOLI, A. La industrialización endógena: el caso de los distritos industriales de Italia. Reflexiones para América Latina. In: PUERTAS, J. Desarrollo endógeno: comercio, cambio técnico e inversión extranjera directa. Cereset, 1998.

BUARQUE, S. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BURTON, I. The life of Captain Sir Richard F. Burton. KCMG, FRGS. London: Chapman and Hall, 1893.

CIDADE-BRASIL. MUNICÍPIO DE TEFÉ. CIDADES-BRASIL, 08/04/2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-tefe.html>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CIDADE-BRASIL. TABELA. Produção brasileira de mandioca em 2020, Embrapa.

ESCOBAR, A. La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

CORNES, R.; T. SANDLER. The theory of externalities, public goods and club goods. 2. ed. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1996.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

EWBANK, Thomas. A vida no Brasil: ou diário de uma visita à terra do cacauzeiro e das palmeiras. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

FERRERA DE LIMA, J. La Diffusion Spatiale du Développement Économique Regional: L'analyse des composantes du changement spatial dans la région Sud du Brésil. Sarrebruck: Éditions universitaires européennes, v. 01, 2010. 179 p.

FIALHO, J.; VIEIRA, E. Seleção Participativa de Variedades de MANDIOCA na Agricultura Familiar. Planaltina, Distrito Federal, Embrapa Cerrados, 2011.

FIEAM. A força da Farinha, FIEAM, 13/12/2018. Disponível em: <http://www.fieam.org.br/fieam/2018/12/13/a-forca-da-farinha/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FILGUEIRAS, G.; HOMMA, A. Cap 1. Aspectos socioeconômicos da cultura da mandioca na região norte. Cap. 1. Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

FREITAS, J. Farinha Uarini Ganha Selo De Indicação Geográfica, Mamiraua.org, 2019. Disponível em: <<https://www.mamiraua.org.br/noticias/farinha-uarini-amazonia-indicacao-geografica>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. Economia Espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano. São Paulo: Futura, 2002.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE. LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Tabela 1 – Área, Produção e Rendimento Médio – Confronto das estimativas Dezembro/Janeiro – Brasil. Dados da Mandioca. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=resultados>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IDAM, Sistema de Produção de mandioca é tema de curso da Embrapa. Embrapa, 2013. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/sistema-de-producao-de-mandioca-e-tema-de-curso-da-embrapa/#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20do%20consumo%20de,de%20farinha%20para%20seu%20abastecimento>. Acesso em: 23 fev. 2022.

IDAM. Relatório de atividades IDAM 2020. Manaus, Amazonas, 2020.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Disponíveis em: http://www.idam.am.gov.br/wpcontent/uploads/2021/09/RAIDAM2020_web_vfinal.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

INPI. Ficha técnica de registro de indicação geográfica. INPI, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/Uarini.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. INPI concede registro de indicação geográfica para a farinha de Uarini. Portal da Indústria, 2019. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/politica-industrial/inpi-concede-registro-de-indicacao-geografica-para-a-farinha-de-uarini/?edit>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

IPEA. Fome Zero e Agricultura Sustentável. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

JARA, C. Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. In: Ação local e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1996. n.11 (Coleção Debates.)

JÚNIOR, M.; ALVES, R. Cultura da Mandioca: Aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria. Embrapa, Brasília, DF, 2016.

KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.

KENNEDY, P. E. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

LALL, S. Creación de la ventaja comparativa: el rol de la política industrial. In: PUERTAS, J. Desarrollo endógeno: comercio, cambio técnico e inversión extranjera directa. Creset, 1998.

LANDES, D. A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. In: SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAPA. Desenvolvimento Sustentável. Década de esperança e ascensão para a agricultura familiar. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/decada-de-esperanca-e-ascensao-para-a-agricultura-familiar>. Governo Federal, publicado em 07/06/2019. Acesso em: 21 fev. 2022.

MATTOS, P.; CARDOSO, E. Cultivo da Mandioca para o Estado do Pará: Importância Econômica. Sistemas de Produção, 13. ISSN 1678-8796 Versão eletrônica, Jan/2003. Disponível em: https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/culturas_anuais/livros/A%20CULTURA%20DA%20MANDIOCA%20SISTEMAS%20DE%20PRODUCAO%20EMBRAPA.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

MCNEILL, W. H. The rise of the West: a history of the human community. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

MENEGHETTI, G.; SOUZA, S. A Agricultura Familiar do Amazonas: Conceitos, Caracterização e Desenvolvimento. Revista Terceira Margem Amazonia, Embrapa. Vol 1 N.5.(2015). Disponível em: <http://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/54/58>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Alimentos regionais brasileiros. 2ª ed. Ministério da Saúde. 2015. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentos_regionais_brasil_eiros_2ed.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MUNICÍPIO DE UARINI. CIDADES-BRASIL, 08/04/2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uarini.html>. Acesso em: 16 mar. 2022

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

NORTH, D; THOMAS, Robert Paul. The rise of the western world: a new economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

OLIVEIRA, N. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. Tradução com permissão da Revista Brasileira de Estudos Políticos. *Economie appliquée*, 1955.

PETITINGA, C. Mais definições em trânsito: desenvolvimento local. 2005. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento local, pdf](http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento%20local.pdf). Acesso em: 30 jan. 2022.

PINTO, M. N. Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural. 2004 Disponível em: http://mao.org.br/wp-content/uploads/pinto_01.pdf . Acesso em: 24 fev. 2022.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

SACHS, I. Das coisas e dos homens: teoria do desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana. *Jornal da Ciência (JC E-Mail) - Notícias de C&T - Serviço da SBPC*, no. 1836. São Paulo, 2001.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. São Paulo: Nacional, 1941.

SEBRAE. Mandioca (farinha e fécula): série estudos mercadológicos, Sebrae, 2012. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-\(farinha-e-fecula\).pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-(farinha-e-fecula).pdf). Acesso em: 24 fev. 2022.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas. Ouro do Amazonas: A farinha de mandioca produzida em unidades de conservação movimentada mais de R\$4 milhões por ano. Governo do Estado do Amazonas, 18/12/2019. Disponível em <https://meioambiente.am.gov.br/ouro-do-amazonas-farinha-de-mandioca-produzida-em-unidades-de-conservacao-movimentada-mais-de-r-4-milhoes-por-ano/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, R. R. Sistema de produção em casas de farinha: uma contribuição ao processo de consolidação da indicação geográfica da farinha Uarini. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33599/1/Tese%20Raylene%20DEFINITIVA%20PDF.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2022.

STADEN, H. Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil [1524]. Porto Alegre: L&PM, 2008. O IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/o-idam/#>. Acesso em: 24 fev. 2022.

STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, L.; PRETECEILLE, E. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel; [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro], 1990.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Report 1990. Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: . Acesso em: 25 mar. 2017.

VEENHOVEN, R. The four qualities of life. *Journal of happiness Studies*, v. 1, p. 1-39, 2000.

VITTE, C. et al. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (Org.). *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.